

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 091/11

PROCESSO N.º 541-42.2011.5.15.0895 PA – PREGÃO ELETRÔNICO

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, na sede do TRT da 15ª Região, localizada na Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, Campinas/SP, CEP 13015-927, o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, daqui em diante designado meramente TRT, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.773.524/0001-03, neste ato representado por seu Diretor-Geral de Coordenação Administrativa, Evandro Luiz Michelon, portador da Carteira de Identidade RG n.º 19.948.491-0 e do CPF/MF 107.974.688-97, de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, por delegação de competência, pela Portaria GP 06/2008, artigo 1º, inciso XXVII, publicada no DOE - Poder Judiciário - de 11/02/2008, em conformidade com o resultado do Processo n.º 541-42.2011.5.15.0895 PA – Pregão Eletrônico - SRP, resolve, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, bem como da Lei n.º 10.520/02 e do Decreto n.º 3.931/2001, **REGISTRAR OS PREÇOS** para eventual aquisição de cadeiras giratórias, destinadas às diversas unidades deste E. Tribunal, bem como, nas mesmas condições, às unidades do Ministério Público do Trabalho – PRT 15ª, Órgão Participante neste Registro de Preços, da empresa cujo fornecimento foi adjudicado na licitação, doravante designado **FORNECEDOR**, em conformidade com o Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem.

Órgão Participante deste Registro de Preço: Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho PRT 15ª Região.

FORNECEDOR

Stacatto Comércio de Móveis Ltda., com sede na SAAN Quadra 03, Lote 30, Loja 02, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70632-300, inscrita no CNPJ n.º 05.498.012/0001-01, fone: (61) 3363-7400; fax: (61) 3363-7501, e-mail: funcional@funcionalmoveis.com.br; andressa@funcionalmoveis.com.br, neste ato representada pelo Sr. Emerson Luis Nemes, portador da Carteira de Identidade n.º 11.005-CRC/SC e do CPF n.º 380.531.019-68.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de cadeiras giratórias, destinadas às diversas unidades deste E. Tribunal, bem como, nas mesmas condições, às unidades do Ministério Público do Trabalho – PRT 15ª, Órgão Participante neste Registro de Preços, conforme descrição, preço e demais especificações constantes do Anexo “A” a este instrumento – Preço Registrado e FORNECEDOR.

1.2. Os materiais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRT e do Órgão Participante, mediante a expedição de Nota de Empenho/Aviso de Empenho.

1.3. A existência de preços registrados não obriga o TRT ou o Órgão Participante a adquirir o material, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

2.1. Sempre que julgar necessário, o TRT ou o Órgão Participante solicitará, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, o fornecimento do material registrado, na quantidade que for preciso, mediante Nota de Empenho ou Aviso de Empenho do Órgão Participante.

2.1.1. A Nota de Empenho será enviada via fac-símile ao FORNECEDOR, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso o FORNECEDOR não possua aparelho de fac-símile, a Nota de Empenho deverá ser retirada no Serviço de Compras, situado na rua Doutor Quirino, 1.080, 2º andar, Centro, Campinas/SP, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação. O Aviso de Empenho, pelo Órgão Participante, será enviado por e-mail ao FORNECEDOR, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia.

2.1.2. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho ou Aviso de Empenho (Órgão Participante) poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pelo FORNECEDOR durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo TRT e/ou pelo Órgão Participante.

2.1.3. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho ou Aviso de Empenho (Órgão Participante) no prazo previsto, bem como a constatação da situação irregular do FORNECEDOR perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, e Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – PGFN/RFB) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CEF), por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da Nota de Empenho ou Aviso de Empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

2.2. A entrega dos materiais deverá ser efetuada em dia de expediente normal, das 11h00 às 17h00, no Setor de Almoxarifado do TRT, situado na Rua Ângela Signore Grigol, nº 5, Barão Geraldo, Campinas/SP, ou, no caso do Órgão Participante, no local indicado por este, acompanhada da respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, no prazo estipulado neste Registro de Preços e nas quantidades indicadas através da Nota de Empenho ou Aviso de Empenho (Órgão Participante).

2.3. O FORNECEDOR obrigará-se a efetuar a **entrega** dos materiais, no prazo máximo de **30 (trinta) dias** para aquisições de até 100 (cem) unidades, a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho/Aviso de Empenho.

2.3.1. Para quantidades superiores, o prazo concedido será para cada lote de 100 (cem) unidades. Caso a totalidade não seja divisível por 100 (cem), para a contagem de prazo de entrega serão considerados lotes completos até o remanescente ser inferior a essa quantidade. Exemplos:

1 -Aquisição de 80 (oitenta) unidades. O lote será único e deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias do recebimento do empenho;

2 -Aquisição de 190 (cento e noventa) unidades. Serão dois lotes, o primeiro de 100 (cem) unidades, cujo prazo será de até 30 (trinta) dias do recebimento do empenho e o segundo lote de 90 (noventa) unidades, cujo prazo de entrega será de até 60 (sessenta) dias do recebimento do empenho;

3 -Aquisição de 250 (duzentas e cinquenta) unidades. Serão três lotes, o primeiro de 100 (cem) unidades, cujo prazo será de até 30 (trinta) dias do recebimento do empenho, o segundo lote de 100 (cem) unidades, cujo prazo de entrega será de até 60 (sessenta) dias do recebimento do empenho e o terceiro lote de 50 (cinquenta) unidades, cujo prazo de entrega será de até 90

(noventa) dias do recebimento do empenho.

2.4. O FORNECEDOR obrigará-se a fornecer os materiais com prazo de **garantia on site** de, no mínimo, **03 (três) anos** contra qualquer defeito de fabricação, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal ou pelo Órgão Participante.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

3.1. Não poderá ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, nem mesmo durante a vigência da garantia dos materiais, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI. da Lei n.º 8.666/1993, desde que previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério.

3.2. Responsabilizar-se pela qualidade do material entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

3.3. Não contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes de ocupantes de cargos de direção e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, nos termos do que dispõe o artigo 3º, da Resolução n.º 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, com a redação dada pela Resolução n.º 9/2005, bem como de servidores e membros do MPT, nos termos das Resoluções n.º 1/2005 e 7/2006 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

3.3.1. A vedação a que se refere o subitem 3.3 alcança o parentesco natural e civil, na linha reta e colateral, até o terceiro grau, inclusive, e o parentesco por afinidade, na linha reta ou colateral, alcançando ainda o parente colateral de terceiro grau, do cônjuge ou companheiro.

3.3.2. O descumprimento do subitem 3.3 ensejará a rescisão do ajustado, com as consequências pertinentes à rescisão por culpa do FORNECEDOR, nos termos da Cláusula Sétima.

3.4. Nomear um preposto para representá-lo durante o período de vigência desta Ata.

3.5. Comunicar quaisquer alterações havidas em seu contrato social, bem como manter, devidamente válidas e atualizadas as certidões de regularidade.

CLÁUSULA QUARTA: DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR - O FORNECEDOR será responsabilizado civil e administrativamente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT e do Órgão Participante, e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos produtos adquiridos.

CLÁUSULA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

5.1 O recebimento provisório ocorrerá, no ato da entrega dos materiais, de acordo com todas as especificações constantes deste edital, acompanhados das respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, quando será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso II, alínea “a” da Lei n.º 8.666/93.

5.2. O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da

entrega dos materiais, acompanhados da respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pela Comissão de Recebimento de Material Permanente e Expediente do TRT ou pelo Órgão Participante, quando couber.

5.2.1. No texto da nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverão constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, as quantidades, a marca e o modelo do material, os valores unitário e total e o número do processo que deu origem à aquisição (Processo N.º 0000541-42.2011.5.15.0895 PA – Pregão Eletrônico -SRP).

5.2.2. Na ocorrência de qualquer circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o mesmo ficará pendente e o pagamento suspenso até o saneamento das irregularidades, não podendo o FORNECEDOR, em nenhuma hipótese, interromper os demais fornecimentos eventualmente pendentes, sendo que durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa do FORNECEDOR, não incidirá sobre o TRT ou sobre o Órgão Participante qualquer ônus, inclusive financeiro.

5.2.3. O TRT quando do recebimento do produto poderá efetuar, por amostragem, nova análise do produto entregue, observando-se o cumprimento das especificações contidas na Descrição Detalhada do Objeto (Anexo I do Edital). Caso a amostra do lote não seja aprovada, a empresa contratada deverá efetuar a troca de todo o lote no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado a partir do comunicado deste órgão, o qual será feito por meio de correspondência eletrônica ou fac-símile.

5.3. O pagamento será efetuado pelo Serviço de Execução Orçamentária e Financeira do TRT, num prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo dos materiais, ou pela Divisão de Orçamentos e Finanças, em mesmo prazo e condições, no caso do Órgão Participante, conforme dispõe o artigo 73 da Lei n.º 8.666/93, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta corrente indicada pelo FORNECEDOR no processo licitatório, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras.

5.4. No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A -Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito do valor na conta corrente do FORNECEDOR, refere-se aos trâmites interbancários.

CLÁUSULA SEXTA: DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

6.1. O FORNECEDOR que, injustificadamente, não apresentar documentação exigida para o certame, apresentar declaração falsa, não assinar a Ata de Registro de Preços, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajustado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta ata e das demais cominações legais.

6.2. Salvo a existência de motivo expressamente justificado e aceito, a inexecução total ou parcial do ajustado ensejará sua rescisão pela Administração, pelos motivos, na forma e com as consequências previstas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que aludem os artigos 86 a 88 do mesmo instituto legal.

6.3. Ficam estabelecidas as seguintes multas sobre o valor dos materiais entregues em atraso, contado a partir primeiro dia útil posterior ao último dia do prazo definido nesta Ata, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:

- até o sétimo dia de atraso, multa única de 1% (um por cento);
- a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento).

6.4. Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro.

6.5. A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula, nos termos do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/1993.

6.6. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao FORNECEDOR o contraditório e a prévia defesa.

6.7. Se o FORNECEDOR não efetuar a entrega dos materiais em até 10 (dez) dias após o prazo previsto, poderá ensejar, por sua culpa, a rescisão do ajustado.

6.8. A rescisão do ajustado por culpa do FORNECEDOR, por inexecução do ajustado ou pela não entrega dos materiais, implicará pagamento de multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total adjudicado ou do material não entregue.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO

7.1. Constituem motivos para a rescisão deste ajuste as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízos das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei n.º 8.666/1993.

7.2. A rescisão deste ajuste, por culpa do FORNECEDOR, nos termos dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/1993, ensejará a aplicação de multa, conforme item 6.8.

7.3. Este ajuste poderá ser rescindido unilateralmente e a qualquer tempo pelo TRT nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA - O prazo de vigência da presente Ata é de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

9.1. O fornecimento será acompanhado e fiscalizado pela Diretora do Serviço de Material e Patrimônio do TRT, designada gestora da presente ata.

9.1.1. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR pelos danos causados ao TRT, ao Órgão Participante, ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DEZ: DAS OBRIGAÇÕES DO TRT E DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10.1. O TRT e o Órgão Participante se comprometem a dar plena e fiel execução à presente Ata, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a:

I. Permitir o acesso dos empregados do FORNECEDOR, devidamente identificados, nas dependências do TRT e do Órgão Participante, para entrega dos materiais, nos horários estabelecidos;

II. Efetuar, no prazo estabelecido neste instrumento, o pagamento dos materiais efetivamente fornecidos, recebidos definitivamente pela Comissão de Recebimento de Material Permanente e Expediente ou Setor indicado pelo Órgão Participante.

CLÁUSULA ONZE: DO PREÇO - O preço (valor unitário) do material a ser fornecido é o constante no anexo a esta ata.

Parágrafo Único – Já estão incluídos nos valores constantes no caput desta cláusula todas as despesas de transporte, embalagens, impostos, contribuições, seguros, e quaisquer outros encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes desta Ata.

CLÁUSULA DOZE: DO RECOLHIMENTO DAS MULTAS – As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por rescisão do ajuste por culpa do FORNECEDOR, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT e/ou Órgão Participante, conforme o caso.

Parágrafo Único – Na ausência do pagamento das multas, o TRT ou o Órgão Participante poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do FORNECEDOR. Inexistindo crédito em favor do FORNECEDOR, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por “Aviso de Recebimento – AR”, sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

CLÁUSULA TREZE: DAS TRANSFORMAÇÕES DO FORNECEDOR E DA TRANSFERÊNCIA OU CESSÃO DA ATA – Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei n.º 8.666/1993, a presente Ata poderá ser mantida com o FORNECEDOR, ou cedida ou transferida, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:

- 1) O FORNECEDOR remanescente, ou o beneficiário da cessão ou da transferência, demonstre possuir as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital ao qual está vinculada esta Ata, em especial as regularidades estabelecidas no item 1 da cláusula 12 (apresentação de certidões do FGTS e da Secretaria da Receita Federal do Brasil);
- 2) A empresa seja beneficiária da cessão ou transferência também em decorrência das hipóteses de transformação previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei n.º 8.666/1993; e
- 3) Não se verifique fraude à licitação.

CLÁUSULA QUATORZE: DA COMPATIBILIDADE – O FORNECEDOR assume, no ato da assinatura deste instrumento, o compromisso de manter, durante toda a execução desta Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINZE: DA LEGISLAÇÃO – Aplicam-se à presente Ata, especialmente aos casos omissos, as disposições da Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, o Decreto n.º 3.931, de 19/09/2001, bem como as demais normas pertinentes.

CLÁUSULA DEZESSEIS: DA VINCULAÇÃO – A presente Ata está vinculada ao edital do Processo N.º 0000541-42.2011.5.15.0895 PA e à proposta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA DEZESSETE: DO FORO – Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Campinas, 02 de setembro de 2011.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
EVANDRO LUIZ MICHELON
DE

STACATTO COMERCIO DE MOVEIS LTDA
EMERSON LUIS NEMES
FORNECEDOR

ANEXO “A” À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 091/11
PROCESSO N.º 541-42.2011.5.15.0895 PA – PREGÃO ELETRÔNICO
PREÇO REGISTRADO E FORNECEDOR

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 15ª REGIÃO

Fornecedor: Stacatto Comércio de Móveis Ltda.

Lote	Descrição	Quantidade	Valor Unitário
1	Cadeira giratória operacional alta, sem apoia braços, com espaldar baixo, base caixa giratória com deslizadores e aro para apoia pés, mecanismo com regulagem de altura do assento a gás, com faixa de regulagem de 700 mm a 800 mm, encosto com regulagem de inclinação e de altura, através de catraca embutida. Marca/Modelo: FLEXFORM/PLUS-CX-B-PT.	300 unidades	R\$ 477,00

VALOR TOTAL R\$ 143.100,00

Prazo de entrega: no máximo de **30 (trinta) dias** para aquisições de **até 100 (cem)** unidades, a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.

Local de Entrega: no Setor de Almoxarifado do TRT, situado na Rua Ângela Signore Grigol, nº 5, Barão Geraldo, Campinas/SP, em dia de expediente normal, das 11h00 às 17h00.

Prazo de Garantia: **garantia** on site de, no mínimo, **03 (três) anos** contra qualquer defeito de fabricação, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.

Validade da Ata: 01/09/2012.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 15ª REGIÃO

Fornecedor: Stacatto Comércio de Móveis Ltda.

Lote	Descrição	Quantidade	Valor Unitário
1	Cadeira giratória operacional alta, sem apoia braços, com espaldar baixo, base caixa giratória com deslizadores e aro para apoia pés, mecanismo com regulagem de altura do assento a gás, com faixa de regulagem de 700 mm a 800 mm, encosto com regulagem de inclinação e de altura, através de catraca embutida. Marca/Modelo: FLEXFORM/PLUS-CX-B-PT.	70 unidades	R\$ 477,00

VALOR TOTAL R\$ 33.390,00

Prazo de entrega: no máximo de **30 (trinta) dias** para aquisições de **até 100 (cem)** unidades, a contar do recebimento ou da retirada do Aviso de Empenho.

Local de Entrega: a ser indicado pela Procuradoria.

Prazo de garantia: **garantia** on site de, no mínimo, **03 (três) anos** contra qualquer defeito de fabricação, a contar do recebimento definitivo pela Procuradoria.

Validade da Ata: 01/09/2012.

ANEXO “B” À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 091/11

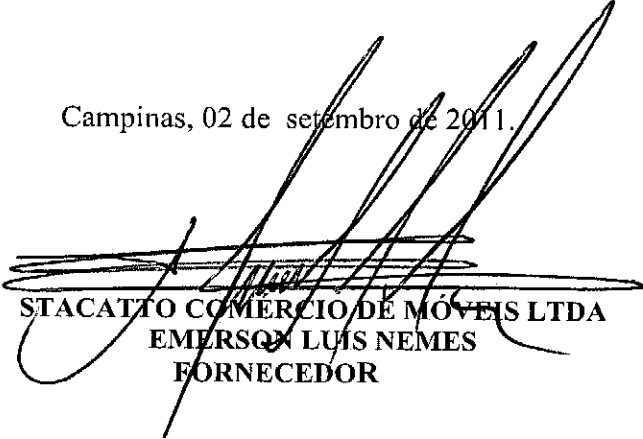
PROCESSO N.º 541-42.2011.5.15.0895 PA – PREGÃO ELETRÔNICO

TERMO DE GARANTIA

1. Pelo presente termo, a empresa **Stacatto Comércio de Móveis Ltda**, por seu representante legal abaixo assinado, **GARANTE** ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e ao Órgão Participante (Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região), pelo período mínimo de 3 (três) anos, a prestação dos serviços de manutenção e assistência técnica “on site”, às cadeiras giratórias, adquiridas através da Nota Fiscal n.º _____, empenho n.º _____. Incluindo-se mão-de-obra e peças, sem qualquer ônus, contra qualquer defeito de fabricação que venham a apresentar, mesmo depois de ocorrida sua aceitação/aprovação pelo TRT e/ou pelo Órgão Participante.
2. O prazo a que se refere o item anterior inicia-se a partir do recebimento definitivo das cadeiras, devidamente montadas e prontas para a utilização.
3. Durante o período de garantia “on site”, a empresa **Stacatto Comércio de Móveis Ltda** deverá atender aos chamados do TRT e do Órgão Participante e solucionar as ocorrências, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do chamado. Esse prazo poderá ser prorrogado, desde que solicitado por escrito pela empresa **Stacatto Comércio de Móveis Ltda** e haja motivo justo aceito pelo TRT da 15ª Região e/ou pelo Órgão Participante. Os chamados poderão ser efetuados pelo Serviço de Material e Patrimônio ou pela própria Unidade do TRT ou ainda pelo Órgão Participante, onde estiver o referido mobiliário, podendo ser solicitado por telefone, ofício ou e-mail.
4. Os serviços necessários para cumprimento da garantia deverão ser prestados nas dependências das Unidades do TRT e do Órgão Participante, entendidas como tais os locais onde os mencionados móveis estiverem em uso. No entanto, caso se verifique a necessidade, e com a devida autorização do Gestor do Contrato, será possível a retirada do mobiliário para manutenção.
5. A empresa **Stacatto Comércio de Móveis Ltda** será responsabilizada, civil e administrativamente, por danos causados nas instalações onde esteja executando seus serviços, incluindo mobiliário, equipamentos e demais utensílios, e por extravio de documentos ou objetos de uso das Unidades do TRT e do Órgão Participante, quando comprovado dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, no exercício de suas obrigações. Quando comprovada a responsabilidade da empresa **Stacatto Comércio de Móveis Ltda**, o dano causado deverá ser reparado imediatamente, ou ser efetuado o pagamento da indenização correspondente.
6. O não cumprimento do prazo de atendimento aos chamados, estipulado no item “3” acima, dentro do período de garantia, sujeitará a empresa **Stacatto Comércio de Móveis Ltda** ao pagamento de multa diária de 0,3% (três décimos por cento) do valor do bem, constante da Nota Fiscal referida no item 1.
7. As multas eventualmente aplicadas serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT e/ou ao Órgão Participante, no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por “Aviso de Recebimento – AR”, sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

8. Se não ocorrer a prestação da garantia, ou não for sanado o vício do mobiliário para o qual fora solicitado conserto, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do termo final a que se refere o item “3” acima, a critério do TRT e/ou do Órgão Participante, a empresa **Stacatto Comércio de Móveis Ltda** fica obrigada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento-AR", a substituí-lo por outro de mesma espécie, em perfeitas condições de uso, devidamente instalado, ou a restituir o valor por ele pago, monetariamente atualizado, sob pena de sua inscrição na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

Campinas, 02 de setembro de 2011.



STACATTO COMERCIO DE MÓVEIS LTDA
EMERSON LUIS NEMES
FORNECEDOR